

LA GEOESTRATEGIA DEL INDO-PACÍFICO Y EL QUAD: EL “SIGLO DEL PACÍFICO” Y LAS DISPUTAS CHINA-EEUU

A GEOESTRATÉGIA DO INDO-PACÍFICO E O QUAD: O “SÉCULO DO PACÍFICO” E AS DISPUTAS CHINA-EUA

Lucas Gualberto do Nascimento¹

RESUMEN

En 2011, durante la administración Obama (2009-2017), los cambios en la dirección de la geoestrategia estadounidense para Asia en el siglo XXI se denominaron *America's Pacific Century*; lo que marca el cambio en la política exterior de EEUU hacia un enfoque en el Pacífico en el siglo XXI y en las grandes potencias presentes en la región, especialmente China. Tales acciones se basan principalmente en la geopolítica del Realismo Ofensivo como premisa estratégica.

Para oponerse al ascenso chino en el sistema interestatal y mantener la primacía de sus intereses en Asia, EEUU propone la estrategia del Indo-Pacífico, con el fin de equilibrar el papel chino en el continente; además de la formación del Diálogo de Seguridad Cuadrilateral (Quad), junto con Japón, Australia e India, con el fin de establecer una asociación de seguridad con los considerados los mayores adversarios, en la visión estadounidense, a los intereses chinos en el Pacífico. Esta estrategia para Asia busca contrarrestar la paulatina preponderancia china en la región Asia-Pacífico. El Comando del Pacífico de EEUU (USPACCOM), rebautizado como Comando del Indo-Pacífico (USINDOPACOM) en 2018, refleja la consolidación de esta geoestrategia. Esta actualización sigue principalmente las preocupaciones de seguridad de Australia, India y Japón, que temen el establecimiento de una alineación sinocéntrica en Asia-Pacífico, poniendo al Indo-Pacífico como una visión competitiva de contención.

Contener a China se ha convertido en la pieza central de la estrategia a largo plazo de Washington. Tal y como establece la Estrategia de Defensa Nacional de 2018, China y Rusia son consideradas “potencias revisionistas” en la competición estratégica de Eurasia, lo que conduce a acciones ofensivas de EEUU en la región. La competición estratégica entre China y EE.UU conduce al reposicionamiento de las asociaciones geoestratégicas en Eurasia; China desde su preponderancia económica en la región, y EEUU utilizando su mayor poderío militar, sus capacidades tecnológicas y su posición privilegiada en la construcción de cadenas productivas globales. En estos planes competitivos se eleva el poder de negociación de países como India, Indonesia y Australia, y cómo encajan en las estrategias de Pekín y Washington. La posición marginal de India en el plan Asia-Pacífico ha reforzado su adhesión al plan estadounidense, ya que el país tiene disputas territoriales con China y Pakistán, aliado de Pekín. Su posición geográfica se vuelve estratégica y privilegiada en la configuración del Indo-Pacífico, debido a su mayor protagonismo dado en el Quad y el Océano Índico como región de interés estratégico, principalmente por ser una región crucial para el comercio internacional y para la consolidación del poder naval indio; mientras que países como Japón y

¹ Doctorando en Economía Política Internacional, Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). Investigador del Núcleo de Investigación de Geopolítica, Integración Regional y Sistema Mundial (GIS-UFRJ). Correo electrónico: lucasgdn2@gmail.com / lucas.nascimento@pepi.ie.ufrj.br

Australia han sido, desde el posguerra, aliados estratégicos tradicionales de Estados Unidos en el Pacífico.

Por ello, este artículo se propone analizar los orígenes y principales motivaciones para el establecimiento de una estructura de contención de China en el Pacífico por parte de EEUU, así como las posiciones y consideraciones chinas para la región. Las tensiones y disputas entre las dos grandes potencias son elementos cruciales en la coyuntura internacional y geopolítica de Asia en el siglo XXI, así como los avances e interdicciones de los objetivos estratégicos estadounidenses trazados en el “Siglo del Pacífico”.

Palabras-clave: China; Estados Unidos; Asia; Geopolítica

1. INTRODUÇÃO

A Geopolítica², como pensamento teórico, influenciou profundamente teorias realistas e de análise interestatal desde as suas fundações, entre o fim do século XIX e o início do século XX, na conjuntura histórica do Concerto Europeu entre impérios coloniais. O primeiro embate teórico-conceitual geopolítico se deu entre as teorias do poder terrestre e as teorias do poder naval. A Geopolítica do *Heartland*, de Mackinder, influenciou todas as estratégias dos Estados Unidos (EUA) durante o século XX e atualmente, ao destacar o poder político adquirido a partir da influência de grandes Estados na Eurásia. De modo a perpetuar uma ordem internacional favorável aos seus interesses, é parte da geoestratégia³ estadunidense influenciar nos rumos políticos eurasiáticos – e portanto, manter o poder terrestre sob controle e impedir a sua transformação em poder anfíbio. Segundo Mello (1999, p. 45-47),

[...] o *Heartland* é uma ideia estratégica, concebida teoricamente no começo do século [XX] e testada empiricamente ao longo de duas guerras mundiais. [...] O *Heartland* era incomparavelmente a mais extensa região de planícies de todo o globo terrestre. [...] As regiões anfíbias eurásianas formavam em torno do *Heartland* um grande arco interior ou marginal que Mackinder denominou *Inner Crescent*. [...] O controle do *Inner Crescent* pelas potências insulares ou o veto destas ao seu domínio por uma potência continental assegurava o equilíbrio de poder na Eurásia e a hegemonia mundial do poder marítimo.

² A Geopolítica, como campo de pensamento teórico, ao longo deste artigo, é tratada como a ciência que estuda as relações entre poder e espaço, e como o poder é projetado e exercido no espaço geográfico (JÚNIOR, 2017, p. 35).

³ Geoestratégia, ao longo deste artigo, é um conceito próximo da Geopolítica para determinar como uma estratégia é formulada e conduzida no espaço-território; isto é, uma estratégia é considerada um curso de ação que visa o poder, com frequência por meios militares e pela força (*idem*, p.101).

A partir do fim das Grandes Guerras e o estabelecimento da Guerra Fria, manter o controle das margens do *Heartland* tornou-se uma prioridade geoestratégica estadunidense, de modo a conter a União Soviética (URSS); e atualmente, também a China. A superpotência marítima – os EUA – busca, a partir da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa e das alianças militares com o Japão, Austrália e Coreia do Sul, manter as margens da Eurásia restritas ao acesso do pivô do continente basilar (MELLO, *op. cit.*, p. 69). A importância do poder marítimo na estratégia dos EUA retoma os escritos de Mahan, a partir da sua obra “Influência do Poder Marítimo na História” (1890). Desde então, tornou-se um imperativo estratégico estadunidense o controle das principais rotas marítimas e do entorno do poder terrestre, de modo a manter a supremacia do poder marítimo (COSTA, 2008, p. 68-75).

O controle da região marginal da Eurásia, portanto, torna-se parte da geoestratégia do *Rimland*, de Spykman, assim como o *Great Game* de Brzezinski, formuladores do confronto americano-soviético no século XX, e que posteriormente influenciam o Realismo Ofensivo na atual disputa China-EUA. O *Rimland* é, portanto,

[...] A intervenção americana para manter divididos e equilibrados os poderes na Europa e na Ásia, assim como para assegurar a hegemonia incontestada no hemisfério ocidental, [...] o principal vetor da grande estratégia estadunidense na política mundial. [...] [Uma] visão do mundo como um sistema político fechado, do qual os Estados Unidos não poderiam manter-se apartados sem graves consequências para sua segurança territorial e seus interesses nacionais (MELLO, *op. cit.*, p. 98-99).

Os avanços tecnológicos, sobretudo o uso estratégico de armas nucleares e a aviação militar tornaram uma defesa hemisférica, na geoestratégia estadunidense, frágil e vulnerável, o que suscitou a busca dos EUA de uma projeção mundial no século XX. Portanto, seria necessário, para impedir o cerco do continente americano, cercar primeiramente a Eurásia; desta forma, dividi-la entre potências em balanço de poder, para que uma potência preponderante não conseguisse reunir capacidades necessárias para ameaçar a *Pax Americana*. Como destacado posteriormente por Brzezinski, uma coalizão contra-hegemônica sino-russa na Eurásia seria um obstáculo à manutenção da ordem internacional desejada pelos EUA. Spykman compartilha da mesma posição, ao destacar a seguinte conjuntura:

Se a Europa e a Ásia fossem dominadas por um único poder ou por uma constelação de poderes, acumulariam uma força não compensada que poderia projetar-se no Atlântico e no Pacífico, e num movimento

de pinças, cercar o hemisfério ocidental. Se, ao contrário, fossem mantidos uma divisão e um equilíbrio de poderes tanto na Europa como na Ásia, os Estados Unidos deteriam um excedente de poder em condições de projetar-se nos dois oceanos e cercar ambas as pontas da Eurásia (MELLO, *op cit.*, p. 103-105).

A identificação das potências-pivô na Eurásia, a sua divisão interna e entre si, e evitar coalizões, como destacado anteriormente, são parte deste esforço contínuo e constante da política exterior estadunidense; o que destaca a visão estratégica do Realismo Ofensivo no século XXI, em confronto principalmente com a China.

2. O REALISMO OFENSIVO

O Realismo Ofensivo, como perspectiva teórica, considera a acumulação de poder como o objetivo político primordial no sistema interestatal. No caso desta teoria, poder está definido como capacidades latentes e militares. A primeira se refere aos ingredientes necessários para a construção do poder militar – riqueza, população e tecnologia, especialmente; enquanto o poder militar é o poder efetivo na política internacional, o último definidor da distribuição de poder do sistema (MEARSHEIMER, 2001, p. 68). As competições entre grandes potências por recursos, acessos privilegiados a mercados e alianças políticas são movidas, nesta perspectiva, por acumulação de poder e uma posição privilegiada frente a outras potências do sistema, as quais obtêm condições relativamente menos favoráveis a partir da ascensão de outra potência.

As condições dadas da estrutura do sistema interestatal formam o comportamento frente a competição pelo poder; portanto, o caráter anárquico e incerto do sistema interestatal faz com que as potências adquiram capacidades militares de forma a se projetar neste mesmo sistema. Consequentemente, três fatores estruturantes moldam o sistema interestatal e a ação das grandes potências: a) a ausência de autoridade central supranacional que limite a ação estatal – isto é, um sistema anárquico; b) a capacidade militar adquirida por grandes potências; e c) a incerteza em relação às ações de outras grandes potências no sistema (MEARSHEIMER, *op. cit.*, p. 20). Portanto, maiores capacidades para acumulação de poder se tornam necessárias para garantir a segurança de uma potência frente a possível ação das adversárias, formando um sistema competitivo de ganhos e perdas relativos frente a outros atores. A formação deste sistema competitivo, para a geoestratégia dos EUA, justifica uma ação ofensiva frente a potências emergentes, no caso, especialmente a China.

A visão estratégica dos Estados Unidos é essencial para analisar os desdobramentos políticos na Eurásia devido ao fato do espelhamento da ascensão chinesa nos próprios objetivos estratégicos estadunidenses. A ascensão econômica chinesa neste século evoca no debate geoestratégico dos EUA o temor de uma potência que possa diminuir ou relativizar o poder de Washington. Mearsheimer destaca

Se a China continuar com a sua rápida ascensão econômica nas próximas décadas, é provável que ela aja de acordo com a lógica do realismo ofensivo, isto é, tentar imitar os Estados Unidos. Especificamente, tentar dominar a Ásia como os Estados Unidos dominam o Hemisfério Ocidental (MEARSHEIMER, *op. cit.*, p. 357, tradução própria).

A “ameaça chinesa” é percebida desta forma pela própria elaboração estratégica dos EUA, e não assumida pela China; o que estabelece como ação concreta para a contenção chinesa a estratégia do Indo-Pacífico.

A geoestratégia do Indo-Pacífico, como contraponto e resposta ao Ásia-Pacífico sino-russo, é baseada no Realismo Ofensivo, isto é, na estratégia de intervenção na Eurásia de forma a evitar uma coalizão antagônica aos EUA – no caso, uma coalizão sino-russa. Segundo Mearsheimer (*op. cit.*), não há possibilidades de uma ascensão pacífica chinesa, o que demonstra a posição bélica estadunidense frente ao desenvolvimento chinês, independentemente de ser baseada em ações concretas chinesas. De acordo com o autor,

Simplesmente, o tempo está a favor da China, o que significa que ela deve seguir uma política externa discreta para não levantar suspeita entre seus vizinhos. [...] Líderes chineses, de acordo com essa lógica, devem enfatizar que é para o bem comum o desenvolvimento econômico chinês e a crescente interdependência econômica, pois tais acontecimentos servem como uma força poderosa para a paz. [...] Enquanto esta posição é intuitivamente atrativa, ela não funcionará na prática. [...] O problema é exacerbado pelo “dilema de segurança”, isto é, as medidas que um Estado toma para aumentar sua própria segurança geralmente leva a uma menor segurança de outros Estados (MEARSHEIMER, 2001, p. 369-370, tradução própria).

Desta forma, uma grande parte da construção teórica do Realismo Ofensivo se revela como elemento justificativo para a contenção da ascensão chinesa. A partir da visão da acumulação de poder como objetivo primordial das potências do sistema interestatal; o seu

caráter limitado, no qual uma potência adquire poder a partir da perda de outras; e o sucesso da China em se projetar como uma potência considerada “revisionista” desafiadora, no seu conjunto, justificariam uma ação ofensiva preventiva por parte dos Estados Unidos, para conter a projeção chinesa sobretudo no Pacífico. Portanto, o Indo-Pacífico é tomado como a estratégia capaz de cumprir este objetivo.

3. O INDO-PACÍFICO E O QUAD COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

No século XXI, é uma prioridade da política externa dos Estados Unidos impedir que outras potências emergentes - especialmente China e Rússia – sejam potências preponderantes na Eurásia. De acordo com Lukin (2020, p. 175-176),

O principal imperativo dos EUA [...] seria evitar o surgimento de um único Estado ou aliança de Estados capaz de unificar a Eurásia não-europeia contra os Estados Unidos. [...] Assim, foi reconhecido que o perigo para os Estados Unidos não seria um regime político em particular, mas simplesmente todos os principais Estados independentes e influentes [...] a saber, a perda de controle de Washington sobre a Eurásia resultante do aprofundamento e reaproximação entre as duas principais potências da Eurásia: Rússia e China (tradução própria).

Em seus escritos sobre os desenvolvimentos geoestratégicos da Eurásia, como ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos (1977-1981), Brzezinski enfatizou a importância da geopolítica da Eurásia para o grande jogo de poderes nas relações internacionais. Sendo um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos a prevenção de uma parceria rival contra-hegemônica eurasiática, a identificação e a “tutela” de potências-pivô na Eurásia é uma estratégia constante da política externa dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, especificamente na década de 1980, a estratégia dos Estados Unidos contra a URSS tornou-se o levantamento de insurgências contra o *Heartland*. Em um cenário pós-soviético, foram várias as iniciativas na Ásia Central lideradas pelos EUA na tentativa de incluir seus países na esfera de influência euro-atlântica; portanto, estas são tentativas de controlar o desenvolvimento político na Eurásia (BANDEIRA, 2017, p. 6-27). Seguindo a mesma estratégia, Brzezinski afirma que

A identificação dos principais pivôs geopolíticos da Eurásia pós-Guerra Fria, e protegê-los, é, portanto, também um aspecto crucial da

geoestrategia global da América. [...] Nas atuais circunstâncias globais, pelo menos cinco atores geoestratégicos importantes e cinco eixos geopolíticos [...] podem ser identificados no novo mapa geopolítico da Eurásia. França, Alemanha, Rússia, China e Índia são atores importantes e ativos. [...] Potencialmente, o cenário mais perigoso seria uma grande coalizão de China, Rússia, e talvez Irã, uma coalizão "antihegemônica" unida não por ideologia, mas por reclamações complementares (BRZEZINSKI, 1998, p. 41-55, tradução própria).

A intensificação das disputas comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China impactou as relações político-econômicas na Eurásia. Os avanços chineses em produção, finanças e tecnologia mudaram o cenário da disputa. O país asiático tem grande capacidade de ação, dadas as suas enormes reservas cambiais, que chegam a cerca de US\$3 trilhões; uma grande capacidade de importação que rivaliza com o volume dos EUA; uma estratégia para apoiar investimentos produtivos e de infraestrutura em todo o mundo por meio da *Belt and Road Initiative* (BRI); e avanços tecnológicos no setor de tecnologia da informação, como a criação de uma base competitiva para Internet 5G e sistemas de inteligência artificial que também rivalizam com os EUA. Todos estes fatores tornam a China uma forte concorrente e parceira econômica preferencial na Eurásia.

A denominada guerra comercial, ainda em curso, iniciada pela elevação de tarifas por parte dos EUA, e respondida por Pequim, está inserida na acirrada disputa tecnológica pela vanguarda da chamada Indústria 4.0, especialmente o estabelecimento mundial do 5G como novo padrão de telecomunicações. Está em curso uma tentativa por parte dos EUA de isolamento do 5G chinês como padrão, reforçando o seu banimento aos seus aliados mais próximos na União Europeia, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia, além das fortes pressões sobre os países latino-americanos (PIRES; NASCIMENTO, 2020, p. 11).

A contenção da China, e também da Rússia, se tornou a peça central da estratégia de longo prazo de Washington. Em 2011, a ex-Secretária de Estado (2009-2013), Hilary Clinton, às vésperas de uma reunião de cúpula da Cooperação Econômica para a Ásia-Pacífico (APEC), anunciou o *America's Pacific Century*, o foco da política exterior dos EUA para o século XXI, voltada para o Pacífico (DoS, 2011). Igualmente, em artigo de mesmo nome, Clinton (2011) destaca que "o futuro da política será decidido na Ásia", ao ressaltar a necessidade da intervenção dos EUA na região para a busca de seus interesses. Ademais, Clinton destaca que

Atualmente, há a necessidade de um mais dinâmico e durável sistema transpacífico, uma mais madura arquitetura econômica e de segurança, que irá promover segurança, prosperidade e valores universais, resolver diferenças entre nações, fomentar confiança e responsabilidade, e encorajar cooperação efetiva na escala que os desafios de hoje demandam. E assim como os Estados Unidos tiveram um papel central em forjar essa arquitetura no Atlântico – para assegurar que ela funcionasse, para nós e para todos – nós agora estamos fazendo o mesmo no Pacífico. O século XXI será o século da América no Pacífico, um período de alcance sem precedentes e parceria nesta região dinâmica, complexa e consequente (CLINTON, *op. cit.*, tradução própria).

A tentativa de restabelecimento de uma total zona de influência estadunidense – e como consequência um isolamento chinês - surge em um momento no qual a China é o principal consumidor de produtos de tradicionais aliados dos EUA, como Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Assim, a estratégia estadunidense apoia-se na exploração de rivalidades regionais (PIRES, MATTOS, 2016).

Assim como o “Século do Pacífico” destaca o giro dos EUA para a região, a estratégia estadunidense destaca a contenção das grandes potências da Eurásia como objetivo. Conforme estabelece a *National Defense Strategy* (NDS) de 2018,

O desafio central para a prosperidade e segurança dos EUA é o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo pelo que a Estratégia de Segurança Nacional classifica como poderes revisionistas. Está ficando cada vez mais claro que China e Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário - ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações (DoD, 2018, tradução própria).

Igualmente, a NDS de 2022, apesar de confidencial, continua a nomear China e Rússia no seu *fact sheet* como as principais potências que ameaçam a segurança dos EUA. De acordo com o Departamento de Defesa (DoD),

As prioridades da Defesa são: [...] 3. Conter agressão, enquanto preparar-se para prevalecer em conflito quando necessário, priorizando o desafio da RPC [República Popular da China] no Indo-Pacífico, e o desafio da Rússia na Europa (DoD, 2022, tradução própria).

A posição defensiva dos EUA na Ásia, portanto, é sobretudo representada pelo *Quadrilateral Security Dialogue* (Quad) – EUA, Japão, Austrália e Índia – e pela visão geoestratégica de contenção do Indo-Pacífico. O Quad surgiu primeiramente em 2007, junto ao Exercício Malabar, que reúne as marinhas dos EUA, Japão e Índia; e em 2012, ao destacar o grupo como um “diamante da segurança da democracia” e um desafio ao “comportamento coercitivo” chinês, sobretudo no Mar do Sul da China, o ex-Primeiro Ministro do Japão, Shinzo Abe, declara como é um elemento formativo do grupo a contenção da China na região.

A partir de 2017, o grupo torna-se mais ativo na Ásia-Pacífico, a partir da cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), do mesmo ano; e sucessivamente publica documentos formativos, principalmente a partir de declarações de Estado dos EUA. Neste sentido, o *Quad* afirma buscar um “Indo-Pacífico livre e aberto, [...] inclusivo, saudável, ancorado em valores democráticos, e livre de coerção” (White House, 2021, tradução própria). Igualmente, o Departamento de Estado dos EUA, em 2019, em documento denominado *A Free and Open Indo-Pacific: Advancing a Shared Vision*, cita abertamente a República Popular da China (RPC) como adversária e contrária aos valores preconizados pelo *Quad*. Nas menções feitas no documento, a RPC é acusada de reprimir brutalmente minorias étnicas em Xinjiang, interferir na província do Tibete, e impedir a autonomia de Hong Kong; ademais, ao definir critérios para a segurança marítima, Washington urge Pequim a resolver controvérsias no Mar do Sul da China “sem coerção”, classificando as reivindicações chinesas como “provocações” que estariam impedindo o acesso de membros da ASEAN a receitas de US\$2,5 trilhões em recursos energéticos; por último, o *Quad* estaria respondendo a tais agressões por meio de exercícios militares conjuntos (DoS, 2019, p. 21-23). Portanto, a retórica destinada à RPC tem como foco a estratégia militar, além de antagonista, e estabelece as iniciativas e interesses chineses como ameaça aos países do quadrilátero e da ASEAN.

De forma similar, em 2021, ocorre a primeira cúpula do *Quad*, que na sua declaração, ressalta a necessidade de “combater desafios à ordem marítima legal nos mares do Sul e do Leste da China” (WHITE HOUSE, 2021), de maneira a não citar diretamente a RPC como antagonista ao agrupamento militar. Este grupo, devido a ênfase na sua estratégia militar e em segurança, inclusive, é chamado de “OTAN asiática” (HEYDARIAN, 2021), como uma correspondente estratégica no Indo-Pacífico para a contenção da China, assim como a OTAN seria para a contenção da Rússia na Europa. Ademais, assim como os EUA, a própria OTAN como organização declara preocupação com a ascensão chinesa e seus impactos na balança de poder mundial, ressaltando a necessidade de uma organização extra-regional (TOI, 2020).

Igualmente, en 2020, o *Quad Plus* foi organizado pela primeira vez; uma reunião que expande o grupo para aliados estratégicos do quadrilátero original. Esta reunião envolveu conferências com parceiros extra-*Quad* dos EUA na Ásia-Pacífico – Coreia do Sul, Nova Zelândia e Vietnã – e de fora da região – Brasil e Israel (PANDA, 2022).

Portanto, ocorre uma mudança bastante significativa na estratégia norte-americana de contenção da China. O que antes englobava apenas a Ásia-Pacífico, inclusive como nomenclatura estratégica, se estendeu para o Oceano Índico como Indo-Pacífico, num claro intento de envolver a Índia, vizinho com o qual a China possui controvérsias fronteiriças. O Comando do Pacífico – rebatizado em 30 de maio de 2018 como Comando do Indo-Pacífico (Usindopacom) - dos EUA (Uspacom, 2018) promove esta visão com relação à Eurásia desde a Guerra Fria, quando a influência soviética passou a ser mais presente rumo a saídas para o Índico. A atualização desta estratégia regional acompanha as preocupações de segurança de Austrália, Índia e Japão, que são antagônicas ao estabelecimento de uma preponderância chinesa na Ásia-Pacífico, pondo o Indo-Pacífico como uma estratégia concorrente de contenção (SERBIN, 2019, p. 30).

A competição estratégica China-EUA leva ao reposicionamento de parcerias na Ásia; a China a partir de sua preponderância econômica na região, e os EUA usando do seu maior poder militar, suas capacidades tecnológicas e sua posição privilegiada nas cadeias de produção. Nestes planos concorrentes, eleva-se o poder de barganha de países como Índia, Indonésia e Austrália, e como estes se inserem nas estratégias de Pequim e Washington. A posição marginal da Índia no plano da Ásia-Pacífico tem reforçado sua adesão ao plano estadunidense, visto que o país possui contenciosos territoriais com a China e o Paquistão, aliado de Pequim. Sua posição geográfica torna-se estratégica e privilegiada na configuração do Indo-Pacífico (PIRES; NASCIMENTO, *op. cit.*). Serbin destaca que

O mais óbvio ganhador é a Índia, uma potência regional que tem um crescente impacto mundial e um protagonismo maior no processo de globalização tanto pelo seu rápido crescimento econômico, como pelo seu peso demográfico. Por outra parte, sua privilegiada localização geográfica entre o Oceano Índico e o Pacífico – por onde transita 90 por cento do comércio global – ‘situam a Índia na vanguarda geopolítica global’. O conceito de Indo-Pacífico lhe outorga uma posição central frente à marginalização geográfica que a deixa na concepção habitual da Ásia-Pacífico, e, por sua vez, se constitui em um estímulo para desenvolver sua Armada e converter-se em uma potência naval. Precisamente a Estratégia de Segurança Marítima que a Armada indiana elaborou em 2015 já menciona o Indo-Pacífico [...] entre as zonas de interesse marítimo primário inclui os gargalos entre

os dois oceanos: os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok (Serbin, *op. cit.*, p. 33, tradução própria).

Finalmente, a partir dos processos formativos anteriormente apresentados, o Indo-Pacífico é estabelecido como geoestratégia, isto é, uma estratégia de poder no espaço, liderada pelos Estados Unidos e por suas prioridades para o Pacífico, que são, especialmente, ampliar e manter a sua presença na região, evitando e/ou impedindo a emergência de grandes potências, com destaque para a China.

De modo a situar esta geoestratégia no território, o *Quad* é um agrupamento de segurança que delimita a área de atuação no Indo-Pacífico – e portanto, um importante agrupamento de dissuasão frente à China, a partir de seus vértices: os EUA, a partir do Havaí e sua projeção para o Pacífico; o Japão, a partir da sua proximidade com a Coreia e com a costa chinesa, sendo um aliado estratégico tradicional dos norte-americanos desde o Pós-Guerra; a Austrália, além de tradicional aliado e membro de outros acordos de segurança com liderança dos EUA, como o AUKUS (com Reino Unido e EUA) e o programa de cooperação de inteligência conhecido como *Five Eyes* (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia), é um país de localização estratégica para atuação no Sudeste Asiático e nos estreitos próximos ao Mar do Sul da China; e a Índia, que possui relações ambivalentes com a China, de sucessivas aproximações e distanciamentos, a depender da conjuntura geopolítica e das tensões de fronteira na região do Himalaia. A formação deste quadrilátero de segurança cobre toda a costa da China como área de atuação, especialmente do Comando do Indo-Pacífico, o que suscita crescentes tensões na Ásia-Pacífico em questões sensíveis, como as delimitações de mar territorial e o apoio estadunidense à independência *de facto* de Taiwan frente à RPC.

4. A PRESENÇA DA CHINA NA ÁSIA-PACÍFICO

A estratégia do Indo-Pacífico busca alternativas de contrabalanceamento da forte presença da China no comércio dos principais aliados dos Estados Unidos na região, como Japão, Indonésia, Coreia do Sul, Filipinas e Taiwan – todos tendo a China como o seu maior parceiro comercial; e inclusive entre os membros do *Quad*. A vasta presença e importância chinesa para as economias ao largo da Ásia-Pacífico é um elemento basilar da formação estratégica de contenção pelos EUA. Entre os próprios membros do agrupamento de segurança, a China é o maior parceiro comercial do Japão, Austrália, o maior fornecedor da

Índia, e dos próprios Estados Unidos (Trading Economics, 2022; UN Comtrade, 2022), o que revela sérios limites para os seus objetivos estratégicos.

Nesse sentido, merece destaque a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), firmada em novembro de 2020, que surge como acordo de comércio substitutivo à Parceria Transpacífico (TPP), iniciativa liderada pelos Estados Unidos e frustrada pelas iniciativas protecionistas do governo Trump (PIRES; NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 9-10).

A RCEP consolidou-se em 2020, entrando em vigor em 2022, como um acordo de comércio entre 15 países da Ásia-Pacífico - 10 membros da ASEAN e 5 dos seus maiores parceiros comerciais – sendo: Austrália; Brunei; Camboja; China; Coreia do Sul; Filipinas; Indonésia; Japão; Laos; Malásia; Mianmar; Nova Zelândia; Singapura; Tailândia e Vietnã; 9 destes membros da frustrada TPP, a qual não obteve ratificações suficientes para entrar em exercício, e teve de ser reformulada sem os Estados Unidos – portanto perdendo a maior parte da sua relevância econômica. Esta congrega em um único acordo comercial – o maior em vigor - um terço da população e economia mundiais sem a presença dos EUA (WONG; ZHOU, 2020) o que deixa a RPC em vantagem econômica na região. Entretanto, é um destaque a ausência da Índia, que participava das negociações e abandonou o acordo no momento de sua assinatura.

A China encontra-se em uma posição privilegiada em acordos comerciais por acesso aos mercados da Ásia-Pacífico, sobretudo o Sudeste Asiático a partir da ASEAN. A ausência da Índia na conclusão dos acordos da RCEP é um reflexo das desconfianças mútuas nas relações sino-indianas. A “Santa Aliança geoeconômica e geopolítica dos EUA, Índia, Japão e Austrália” (El Horizonte, 2017 *apud* SERBIN, *op. cit.*, p. 31) é uma contraposição em construção frente à RCEP - apesar da ausência de um acordo comercial estabelecido na estratégia do Indo-Pacífico. Nesse contexto, as preocupações pela segurança regional da Índia são expressas principalmente pela construção da Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), na qual o Índico é crucial para o seu desenvolvimento, mas também daquilo que a Índia enxerga como ameaça à sua segurança diante do Corredor Econômico China-Paquistão.

Nesse sentido, na perspectiva dos Estados Unidos no Indo-Pacífico, a RCEP é percebida como uma ameaça, uma vez que é capaz de aproximar ainda mais a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) da China como o maior parceiro comercial da região, e portanto uma grande potência de grande influência concorrente com os EUA.

Ademais, ao contrário da posição defensiva e antagonista dos EUA, a China estabelece uma posição propositiva para a Ásia-Pacífico ao longo dos princípios basilares da sua estratégia para a região. Além de rejeitar o termo Indo-Pacífico como estratégia que

estabelece um poder concorrente, utilizando somente o “Ásia-Pacífico” ao longo do seu Livro Branco (2017), a RPC urge os países da região a não aceitar uma “mentalidade de Guerra Fria, de jogos de soma zero e da ênfase no uso da força”. Como o país é o principal beneficiário em termos econômicos de uma maior integração produtiva na Ásia, sua posição é a favor do maior desenvolvimento de acordos de cooperação na região, em contraste com a dos Estados Unidos, que perdeu posição relativa de poder frente à ascensão chinesa. De forma a estabelecer a sua estratégia e proposta para a Ásia-Pacífico, em linhas gerais, a RPC dá ênfase às suas relações com quatro potências, de importância estratégica: Estados Unidos; Rússia; Índia; e Japão, com destaque no seu documento estratégico (WHITE PAPER, 2017).

Enquanto a estratégia ressalta as boas relações com a Rússia, especialmente desde o Tratado de Amizade de 2001 e a cooperação em segurança estabelecida na Organização para Cooperação de Xangai (OCX) – o que reforça a parceria estratégica de ambos os países nos seus interesses mútuos na Eurásia -, a RPC reconhece diferentes desafios junto aos outros países com maior destaque na sua estratégia para a região.

Em relação aos Estados Unidos, a perspectiva chinesa é de grande mudança desde o governo Trump (2017-2021), devido ao crescente antagonismo estadunidense e medidas protecionistas, com vistas a preservar mercados frente à emergência chinesa. Em um extenso documento incorporado ao Livro Branco chinês, denominado *The Facts and China's Position on China-US Trade Friction* (2018), Pequim declara que os EUA abandonaram mecanismos de consulta mútua e impuseram medidas unilaterais, protecionistas e de busca de uma hegemonia econômica com “extrema pressão” (p. 4), o que a RPC considera extremamente prejudicial para a economia mundial e uma fonte de instabilidade, pois “[a crise] se tornou a maior fonte de incerteza e risco para a recuperação da economia mundial” (p. 61, tradução própria). A posição de vantagem econômica chinesa na Ásia-Pacífico, que tende a consolidar-se ao longo da trajetória do desenvolvimento chinês, leva a uma conjuntura favorável aos seus interesses na região, o que traz o ônus da contenção estratégica para os Estados Unidos e a guerra comercial em curso. Ao longo dos últimos anos, a tentativa de desacoplar a economia estadunidense da chinesa, assim como a de seus aliados, não mostra resultados práticos – pelo contrário, a importância da China para as economias e o comércio da região é crucial para a trajetória de desenvolvimento da Ásia-Pacífico. Entretanto, o último documento sobre estas disputas anexado ao Livro Branco, *China's Position on the China-US Economic and Trade Consultations* (2019), resume a conjuntura das disputas entre as duas potências: “A China não negociará sobre os principais princípios [de cooperação e consultas].

A China não quer uma guerra comercial, mas não teme uma e lutará uma se for necessário. A posição chinesa neste assunto nunca mudou” (p. 3, tradução própria).

Sobre as relações com a Índia, a estratégia chinesa ressalta desenvolvimento em consultas desde 2015, inclusive a partir de encontros de cúpula no BRICS anualmente. Entretanto, temas de defesa, especialmente a fronteira entre os dois países, persistem como uma fonte de tensão e disputas. Ao longo de 2020, batalhões de fronteira de ambos os países entraram em confronto em pontos da fronteira sul da província indiana de Ladakh, que resultou em fatalidades em ambas as forças. Apesar de ser um evento comum os confrontos de patrulhas ao longo da Linha de Controle (LAC) na fronteira sino-indiana, e do estabelecimento de pactos de distensão para restaurar a normalidade (CHAUDHURY, 2020), a recente mudança de *status* da província de Jammu e Caximira e as atividades indianas no *Quad* são fontes de disputa entre os dois países, o que renova a possibilidade de escalada e de afastamento nas relações (TELLIS, 2020).

Finalmente, com relação ao Japão, assim como em relação aos Estados Unidos, a estratégia chinesa admite questões sensíveis que podem ser fontes de tensão e conflito entre as duas partes. As disputas sobre as Ilhas Senkaku/Diaoyu são uma fonte permanente de conflito entre os países, assim como o apoio estadunidense à posição japonesa – os EUA sustentam que o território do arquipélago é coberto pelo tratado de defesa com o Japão - (KYODO, 2012), o que reforça a aliança estratégica nipo-americana no Indo-Pacífico/*Quad*. A presença comercial chinesa, assim como russa, na região das ilhas, de intensa rota marítima, é motivo de protesto por parte do Japão e de controvérsia entre as partes (KHALIQ, 2022), pois o domínio das ilhas expande a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), de duzentas milhas náuticas da costa, destinada ao território (CFR, 2022). Portanto, apesar da grande importância comercial que ambos os países preservam mutuamente, questões estratégicas conflitivas são problemáticas e fontes de tensão na Ásia-Pacífico vs Indo-Pacífico.

Este destaque resulta que, dentre as grandes potências citadas no Livro Branco, a Rússia é a principal aliada da RPC na Ásia-Pacífico, enquanto as relações chinesas com as outras citadas possuem obstáculos sensíveis, e que podem ser fonte de adesão de Japão e Índia ao Indo-Pacífico e ao *Quad* com maior vigor se as relações com a China se deteriorarem significativamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contenção da China na Ásia-Pacífico, a partir do século XXI, se tornou a peça central da estratégia dos Estados Unidos para a região. Os documentos estratégicos estadunidenses, além de promover a guinada da política exterior de Washington para o “Século do Pacífico”, denominam China e Rússia como potências revisionistas, ou seja, que têm como objetivo expandir a sua projeção de poder a partir da menor presença de Washington. É baseada nesta competição estratégica que as disputas China-EUA se dão ao longo das diferentes concepções de Ásia-Pacífico vs Indo-Pacífico.

Esta competição, assim como o implemento do Indo-Pacífico e do *Quad* como estratégias de contenção, é baseada no Realismo Ofensivo como referência estratégica. Esta referência é conhecida pela “tragédia das grandes potências”, termo referido a John J. Mearsheimer (1947-), estrategista responsável por disseminar a teoria; esta estabelece que as grandes potências irão inevitavelmente enfrentar-se pelo maior acúmulo de poder possível, assim como pela sua manutenção; portanto, influenciando a balança de poder no sistema internacional a seu favor. Este é o principal argumento que sustenta uma ação preventiva contra a China, antes que a RPC adquira capacidades suficientes para contestar a liderança dos EUA e aliados na Ásia-Pacífico. Entretanto, é importante destacar que esta concepção estratégica é um espelhamento das ações dos EUA, ou seja, esta estratégia, apesar de basear as ações estadunidenses na região, é muito mais baseada no próprio comportamento e nas prioridades de Washington do que nas concepções estratégicas chinesas.

Esta disputa influencia o posicionamento dos países da região, divididos entre os blocos que Washington ativamente busca formar para conter o poder emergente de Pequim. Entretanto, enquanto a posição dos EUA enfatiza sobretudo questões de segurança como o objetivo para a formação desta contenção, a RPC possui ampla vantagem econômica ao longo destes mesmos países, o que ao mesmo tempo provoca comportamentos de “pêndulo” entre as principais potências da região. Enquanto Índia, Japão e Austrália participam ativamente de exercícios militares com as forças dos Estados Unidos, que abertamente defendem uma estratégia anti-China para a região, estes mesmos países têm na RPC o seu principal parceiro comercial, o que expõe a contradição e tensão presentes na conjuntura geopolítica e geoeconômica na região.

Conseqüentemente, a disputa pela estratégia prevalente, a Ásia-Pacífico chinesa, de cooperação aberta e focada em ganhos econômicos e comerciais, *versus* o Indo-Pacífico, de contenção, protecionismo e segurança, é um elemento crucial para a definição da conjuntura



internacional e geopolítica do século XXI para a Ásia. O pragmatismo da manutenção das relações comerciais com a China, enquanto a RPC traça o seu desenvolvimento e atração dos seus mercados, gera um interdito no objetivo estratégico dos Estados Unidos, que buscam afastar da China as outras potências da região, para que elas antagonizem Pequim. Entretanto, são poucas as vantagens apresentadas para a opção por esta estratégia.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.A.M. The Second Cold War [A Segunda Guerra Fria]. Geopolitics and the Strategic Dimensions of the USA. Springer, 2017.

BRZEZINSKI, Z. The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. Basic Books, 1998.

CHAUDHURY, D. India-China activate 5 pacts to defuse LAC tensions. The Economic Times, 2020. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/india-china-activates-5-pacts-to-defuse-lac-tensions/articleshow/76083868.cms>>. Acesso em: 05/08/2022.

CLINTON, H. America's Pacific Century. US Department of State (DoS), 2011. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>> Acesso em: 05/08/2022.

COSTA, W. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 2008.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). Tensions in the East China Sea. Center for Preventive Action, CFR, 2022. Disponível em: <<https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/tensions-east-china-sea>>. Acesso em: 05/08/2022.

DEPARTMENT OF DEFENSE (DoD). Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy. U.S. Department of Defense, Washington D.C., 2022. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2022/Mar/28/2002964702/-1/-1/1/NDS-FACT-SHEET.PDF>>. Acesso em: 05/08/2022.

_____. National Defense Strategy. The United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge (Summary Version). Washington D.C., 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 05/08/2022.

DEPARTMENT OF STATE (DoS). A Free and Open Indo-Pacific: Advancing a Shared Vision. U.S. Department of State, Washington D.C., 2019. Disponível em: <<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/11/Free-and-Open-Indo-Pacific-4Nov2019.pdf>>. Acesso em: 05/08/2022.

HEYDARIAN, R. Quad summit next step towards an Asian NATO. Asia Times, 2021. Disponível em: <<https://asiatimes.com/2021/03/quad-summit-next-step-towards-an-asian-nato/>>. Acesso em: 05/08/2022.

JÚNIOR, A. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: Intersaberes, 2017.

KHALIQ, R. China, Japan engage in verbal duel over disputed islands. Istanbul: AA, 2022. Disponible em: <<https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/china-japan-engage-in-verbal-duel-over-disputed-islands/2629878#>>. Acceso em: 05/08/2022.

KYODO. U.S. says Senkaku Islands fall within scope of Japan-U.S. security treat. Washington D.C.: Kyodo News, 2012. Disponible em: <<https://web.archive.org/web/20120715062037/http://english.kyodonews.jp/news/2012/07/168715.html>>. Acceso em 05/08/2022.

LUKIN, A. Sino-Russian Cooperation as the Basis for Greater Eurasia. Human Affairs, n. 30, p. 174-188, 2020. DOI: 10.1515/humaff-2020-0017

MEARSHEIMER, J. The Tragedy of Great Power Politics. Nova York/Londres: W.W. Norton & Company, 2001.

MELLO, L. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

PANDA, J. Making 'Quad Plus' a reality. The Diplomat, 2022. Disponible em: <<https://thediplomat.com/2022/01/making-quad-plus-a-reality/>>. Acceso em: 05/08/2022.

PIRES, M.C.; MATTOS, T.C.L. Reflexões sobre a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China na perspectiva do capitalismo histórico. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, 54-90, 2016.

PIRES, M.C.; NASCIMENTO, L.G. The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations. International Organisations Research Journal (IORJ), v.15, n.3, 2020. DOI: 10.17323/1996-7845-2020-03-08

SERBIN, A. Eurasia y América Latina en un mundo multipolar. Barcelona:Icaria, 2019.

TELLIS, A. Hustling in the Himalayas: The Sino-Indian Border Confrontation. Carnegie Endowment for International Peace, 2020. Disponible em: <https://carnegieendowment.org/files/Tellis_Himalayan-Border-Standoffs.pdf>. Acceso em: 05/08/2022.

THE WHITE HOUSE. Quad Leaders' Joint Statement: "The Spirit of the Quad". The White House Briefing Room, 2021. Disponible em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/12/quad-leaders-joint-statement-the-spirit-of-the-quad/>>. Acceso em: 05/08/2022.

TIMES OF INDIA (TOI). US, European officials mulling to create 'Asian NATO' to contain China's expansionist ambitions. ANI, TOI, 2020. Disponible em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/world/us/us-european-officials-mulling-to-create-asian-nato-to-contain-chinas-expansionist-ambitions/articleshow/78429090.cms>>. Acceso em: 05/08/2022.

TRADING ECONOMICS. Exports by Country. Trading Economics, 2022. Disponible em: <<https://tradingeconomics.com/japan/exports-by-country>>. Acceso em: 05/08/2022.

UNITED NATIONS COMTRADE. UN Comtrade Database. United Nations, 2022. Disponible em: <<https://comtrade.un.org/default.htm?aspxerrorpath=/pb/Default.aspx>>. Acceso em: 05/08/2022.

WHITE PAPER. China's Policies on Asia-Pacific Security Cooperation. The State Council, The People's Republic of China, 2017. Disponible em: <http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2017/01/11/content_281475539078636.htm>. Acceso em: 05/08/2022.

_____. China's Position on the China-US Economic and Trade Consultations. The State Council, The People's Republic of China, 2019. Disponible em: <http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2019/06/02/content_281476694892692.htm>. Acceso em: 05/08/2022.

_____. The Facts and China's Position on China-US Trade Friction. The State Council, The People's Republic of China, 2018. Disponible em: <http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/09/26/content_281476319220196.htm>. Acceso em: 05/08/2022.

WONG, C. 15 Asian nations sign RCEP, world's biggest free-trade deal, after eight years. South China Morning Post, 2020. Disponible em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109939/china-declares-victory-15-asian-nations-sign-worlds-biggest>>. Acceso em: 05/08/2022.

ZHOU, L. What is RCEP and what does an Indo-Pacific free-trade deal offer China?. South China Morning Post, 2020. Disponible em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109436/what-rcep-and-what-does-indo-pacific-free-trade-deal-offer>>. Acceso em: 05/08/2022.